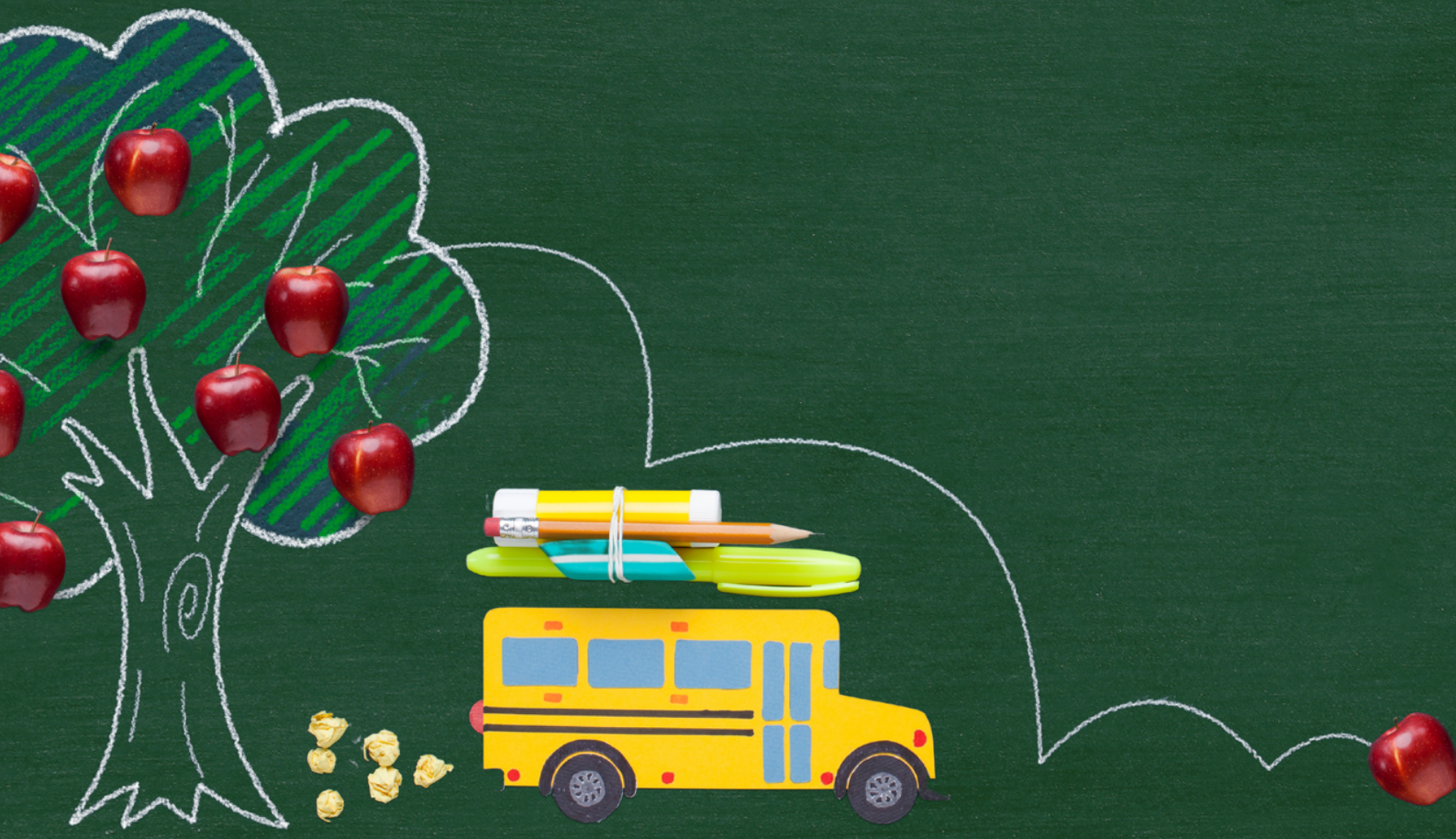
BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

07.2023



MPMT | Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....6
NOTÍCIAS DO MPF.....9
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....10
NOTÍCIAS DIVERSAS.....11

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação
Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação
Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial
Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT

Procuradoria e CAO Educação recomendam aos promotores adoção de medidas

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico e o Centro de Apoio Operacional da Educação, expediu recomendação aos promotores de Justiça da Capital e interior do estado para que promovam ações visando efetivar a ampliação progressiva de vagas em creches. Recomenda também a realização de diligências in loco em cada uma das creches e pré-escolas existentes nos municípios para identificar a qualidade e a quantidade real do atendimento.

Plataforma para combate à evasão escolar é apresentada a conselheiros

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) realizaram apresentação da Plataforma Informatizada Ficai Online a membros do Conselho Tutelar de Cuiabá e Várzea Grande. Participaram da reunião os promotores de Justiça Miguel Slhessarenko Júnior, que atua na defesa da educação, Rogério Bravin de Souza, Gileade Pereira Souza Maia, Ana Luíza Barbosa da Cunha e Daniela Crema da Rocha de Souza, que atuam na área da infância e juventude.

Justiça determina contratação de Auxiliares de Educação Especial

Após acionar o Estado de Mato Grosso na Justiça, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Cotriguaçu (a 950km de Cuiabá), obteve decisão liminar favorável determinando a designação/contratação e lotação de Auxiliares de Educação Especial (AEE) para a Escola Estadual Dom Aquino Corrêa, localizada em Juruena. A decisão estabelece que seja contratado número de auxiliares igual ao de alunos com deficiência.

Projeto realizado com recursos do Bapre conclui formação de educadores

Cerca de 50 educadores de oito escolas de educação infantil da área urbana e rural de Chapada dos Guimarães participaram do programa de formação e qualificação “Cozinhas & Infância”, desenvolvido pelo Instituto Comida e Cultura (ICC). A iniciativa contou com a parceria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Secretaria Municipal de Educação de Chapada dos Guimarães.

Prevenção Começa na Escola encerra apresentações à Corregedoria

Manifestações espontâneas de crianças vítimas de abuso sexual têm se tornado frequentes após a apresentação da peça “Inocentes Pétalas Roubadas”, do projeto Prevenção Começa na Escola, desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Durante a apresentação do projeto à Corregedoria Nacional do Ministério Público, uma das alunas participantes, de uma escola municipal de Várzea Grande, pediu o microfone e não se conteve ao contar um episódio em que foi vítima de abuso sexual.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

MPDFT - Secretaria de Educação terá de rever critérios de prioridade da lista de espera para creches

A Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) recomendou que a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEE) promova esforço concentrado, inclusive com alocação de força de trabalho extra, para revisar os critérios de prioridades e pontuações para atendimento em creches públicas, sanear e atualizar as listas de espera e promover a transparência. Clique aqui para acessar a íntegra da recomendação.

Em atuação do MPRN, crianças com deficiência visual da rede municipal de ensino de Caicó recebem notebooks e scanners com voz

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN), juntamente com a Prefeitura de Caicó, entregaram equipamentos que facilitarão o aprendizado de crianças com deficiência visual da rede pública municipal. Foram entregues três scanners com voz Sara-PC (adquiridos pela Prefeitura) e três notebooks (adquiridos pelo MPRN).

MPAL recomenda que municípios do Sertão promovam inclusão a crianças e adolescentes de escolas particulares

O Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL) emitiu recomendação aos prefeitos dos municípios de Olivença, Poço das Trincheiras e Santana do Ipanema, também aos representantes das escolas particulares nos referidos municípios, para que não meçam esforços no sentido de disponibilizar meios necessários à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, para que seus direitos sejam respeitados e seja ofertada uma educação de qualidade para todos. O promotor de Justiça Alex Almeida ressalta que faz-se necessário cumprir o que diz a Norma Brasileira 9050, da Lei n.º 10.098/2000.

MPRO destaca medidas para acabar com fila de espera em creches e para discutir o uso de nome social nas escolas, em reunião do GAEPE

O Ministério Público de Rondônia participou de reunião com órgãos que compõem o Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação em Rondônia (GAEPE), oportunidade em que foram debatidos direcionamentos para cessar a fila de espera por creches no estado e deliberar sobre a utilização de nome social nas escolas, a educação no campo, indígena e quilombola e o calendário letivo. Na reunião também foi aprovada e assinada a Nota Técnica nº 04/2023.

MPCE recomenda adoção de medidas de acessibilidade e inclusão nas escolas da rede municipal de Camocim

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Camocim, expediu recomendação à Prefeitura para que promova adequações de infraestrutura e de atendimento que possibilitem uma educação inclusiva para estudantes com deficiências. O autor do documento, o promotor de Justiça Rodrigo Calzavara, solicitou as reformas após o MP Estadual ser informado de que o município não cumpre de forma integral a legislação que requer o acolhimento especializado do público e a eliminação de barreiras que impeçam ou dificultem o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de educação básica.

MPGO recomenda que SEDUC não matricule alunos na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com idade incompatível para a modalidade

O Ministério Público de Goiás (MPGO) recomendou à Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc) que não enquadre ou matricule alunas e alunos com menos de 15 anos no ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também foi orientado que não efetue a matrícula de educandos menores de 18 anos no ensino médio dessa modalidade, por não se encaixarem nos critérios legais exigidos.

MP recomenda Seduc sobre critérios da modalidade EJA

MP-AP considera greve da educação ilegal e requer suspensão ao TJAP

O Ministério Público do Amapá (MP-AP), por intermédio das Promotorias de Defesa da Educação e de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade, ingressou com ação judicial junto ao Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), em que pede tutela de urgência para suspender a greve deflagrada pelo Sindicato dos Servidores da educação no estado do Amapá (SINSEPEAP) por ilegalidade da greve. A Ação Declaratória de Ilegalidade da greve foi assinada pelos promotores de justiça Iaci Pelaes e Laércio Mendes. O MP-AP aguarda decisão do TJAP.

MPRJ ajuíza ação para que Município de Magé promova a adequação da gestão dos recursos vinculados à Educação

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Educação de Duque de Caxias, ajuizou, nesta quinta-feira (22/06), ação civil pública para que o Município de Magé cumpra normas constitucionais e legais acerca do financiamento das ações estatais de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), através da adequação da gestão dos recursos vinculados à Educação. São elas: mínimo constitucional de 25% referido no art. 212, caput da Constituição da República, FUNDEB, salário educação e royalties Educação (Lei 12.858/2013) e também da adequação do código fonte desses recursos nas peças orçamentárias do município, buscando, principalmente, proporcionar o controle institucional, social e a transparência necessária do uso de tais recursos. Leia aqui a íntegra da petição inicial da ACP.

Decisão atende pedidos do MPTO e determina que Município de Palmas oferte 2300 vagas em creches

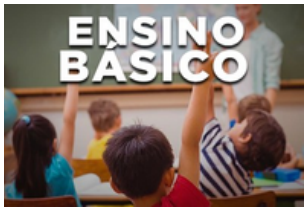
Após seguidos descumprimentos de decisões judiciais por parte do Poder Executivo Municipal, o Ministério Público do Tocantins (MPTO), por meio da 10ª Promotoria de Justiça da Capital, obteve importante vitória na defesa do direito à educação infantil em Palmas. A Justiça determinou que o Município de Palmas adote medidas efetivas para oferta de 2.300 vagas em Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), em até 30 dias. O número de vagas é relativo ao levantamento realizado no final de 2022. Foi estabelecida, também, multa diária de R$ 3 mil em caso de descumprimento.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL

MPF diz que lei acreana que designa equipe para avaliar necessidade de mediador escolar não prejudica estudantes com autismo

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou parecer em ação civil pública em que considera que a Lei estadual 2.976/2015 não prejudica estudantes com autismo no Acre. A ação foi movida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) do Acre que pretende a anulação de parte da lei, alegando que a norma dificultaria o acesso de estudantes com autismo ao direito de serem acompanhados por professores mediadores. Parecer na Ação Civil Pública 1004953-40.2023.4.01.3000.

MPF apresenta sugestões para aperfeiçoar legislação e funcionamento do Fundeb



Valorização do magistério, qualificação dos professores e garantia de pagamento do piso salarial aos profissionais da educação. Esses são alguns dos pontos que, na visão do Ministério Público Federal (MPF), podem ser aperfeiçoados na regulamentação ou no funcionamento prático do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os aspectos foram destacados por membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) Fundef/Fundeb – vinculado à Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF (1CCR) – durante reunião virtual com integrantes do Ministério da Educação, no dia 14/06.

MPF cobra da Semed informações sobre falta de concurso público culturalmente adequado para professores indígenas em Manaus (AM)

O Ministério Público Federal (MPF) questionou a Secretaria Municipal de Educação de Manaus (Semed) sobre a realização de concurso público especializado para contratação de professores indígenas e o funcionamento dos espaços de estudos da língua materna e conhecimentos tradicionais indígenas. O concurso está previsto em lei municipal, mas ainda não foi realizado. No documento, o MPF pede que a secretaria se manifeste no prazo de dez dias.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

STF invalida norma do Amapá que restringe direitos de alunos com deficiência na rede pública

Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou dispositivos de lei do Amapá que, embora dê prioridade a pessoas com deficiência em escola pública próxima à residência, criou conceitos e condições que afrontam a Constituição. A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada em 16/6, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7028, ajuizada pelo procurador-geral da República, Augusto Aras. A Lei estadual 2.151/2017 trata das condições para o reconhecimento da deficiência e da sua comprovação por meio de laudo médico para o recebimento dos benefícios. Ainda de acordo com a norma, instituições que não tenham as condições básicas para a educação de pessoas com deficiência estão isentas de recebê-las.

STF invalida alterações no plano de carreira de servidores da educação básica de Roraima

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou dispositivos de lei do Estado de Roraima que alteraram o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos Servidores da Educação Básica estadual. Por unanimidade, o colegiado entendeu que as modificações, introduzidas por emendas parlamentares em projeto de lei de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, não poderiam ser implementadas pelo Legislativo local.

Governador do RJ questiona programa de custeio da educação infantil na rede pública

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7403 contra a emenda à Constituição estadual que determinou ao Poder Executivo fluminense o implemento do Programa de Apoio e Custeio à Educação Infantil nas redes públicas municipais. A ação, com pedido de liminar, foi distribuída ao ministro Luiz Fux.

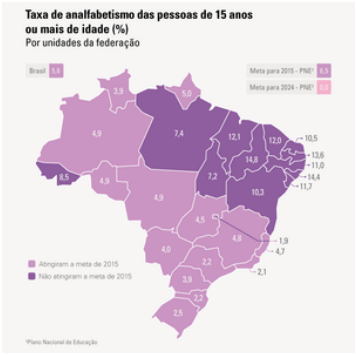
OUTRAS NOTÍCIAS

Município não pode legislar sobre ensino domiciliar, diz TJ-SP

É inconstitucional a lei municipal que aborda diretrizes e bases da educação, incluindo a implantação do ensino domiciliar, pois a matéria é de competência legislativa privativa da União. Com esse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo julgou inconstitucional uma lei de Taubaté, que instituía o ensino domiciliar no âmbito da educação básica do município. A decisão foi unânime e atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral de Justiça. Clique aqui para ler o acórdão.
Processo 2293946-42.2022.8.26.0000

Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais recuou de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, uma redução de pouco mais de 490 mil analfabetos no país, chegando a menor taxa da série, iniciada em 2016. No total, eram 9,6 milhões de pessoas que não sabiam ler e escrever, sendo que 55,3% (5,3 milhões) delas viviam no Nordeste e 54,2% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais.



Índice de crianças de 4 e 5 anos na escola cai após a pandemia, diz IBGE; meta de universalização fica distante

Em um provável reflexo da pandemia, a parcela de crianças de 4 e 5 anos que estavam matriculadas nas escolas do Brasil caiu de 92,7%, em 2019, para 91,6%, em 2022, mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgados no dia 07/06/2023. O estudo, feito anualmente, foi pausado em 2020 e 2021, por causa da Covid-19.

Prefeitura de Sinop aprova lei e institui Programa de Construção de Paz nas Escolas

A Prefeitura de Sinop sancionou lei que cria o Programa Municipal de Construção de Paz nas Escolas, uma iniciativa que tem o objetivo de promover a cultura de paz e diálogo no ambiente escolar. A implantação do programa foi articulada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por meio do Núcleo Gestor de Justiça Restaurativa (NugJur) e do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Comarca de Sinop, em parceria pela Câmara de Vereadores do município.

TJMT - Programa de Pacificação Escolar “Eu e Você na Construção da Paz” concorre ao Prêmio Innovare

O Programa de Pacificação nas Escolas “Eu e Você na Construção da Paz”, desenvolvido pelo Poder Judiciário de Mato Grosso em escolas da rede pública de ensino no município de Campo Verde, está entre as boas práticas que concorrem este ano a 20ª edição do Prêmio Innovare. onsiderado o Oscar da Justiça Brasileira, o Innovare reconhece e destaca o trabalho de profissionais do sistema de justiça, dedicados à construção de boas práticas e soluções criativas capazes de tornar a justiça mais humana e acessível à população.

Governo Federal lança Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), apresenta o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, nova política de alfabetização brasileira que vai subsidiar ações concretas dos estados, municípios e Distrito Federal para a promoção da alfabetização de todas as crianças do país. O investimento será de R$ 1 bilhão, em 2023, e de mais R$ 2 bilhões nos próximos três anos.

Escola indenizará aluna impedida de entrar em sala de aula

A 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou um estabelecimento de ensino a indenizar uma aluna impedida de ingressar em sala de aula. A indenização por danos morais foi fixada em R$ 5 mil. De acordo com os autos, o colégio alegou que a matrícula não estava vigente e barrou a entrada da adolescente em classe

no primeiro dia do ano letivo, mantendo-a na secretaria da escola até o horário de almoço, quando seus pais formalizaram a assinatura do contrato e exibiram o comprovante de pagamento, que já havia sido realizado no fim do ano anterior.

Comissão aprova garantia de vaga em escolas no período diurno para estudantes com filhos

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que assegura aos estudantes com filhos ou dependentes de até 17 anos a oferta de vagas diurnas no ensino fundamental e médio, em horários compatíveis com os da escola dos filhos ou dependentes. A medida vale tanto para a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) quanto para a educação regular.

Comissão aprova obrigação de escolas mudarem sinais sonoros para evitar incômodos a alunos autistas

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2093/22, que obriga os estabelecimentos de ensino a substituir os sinais sonoros por sinais musicais adequados aos alunos portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA). O objetivo da proposta é poupar esses estudantes de incômodos sensoriais ou risco de pânico.

CDH aprova inclusão do combate ao racismo no currículo da educação básica

O projeto de lei (PL 288/2022) do senador Randolfe Rodrigues (AP) que insere o combate ao racismo no conteúdo dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Também foi aprovada na CDH proposta (PL 4.498/2020) que inclui na contagem do censo demográfico o pesquisa sobre a população em situação de rua no país.

PLC